



TUDO UM MUNDO



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
4º TRIMESTRE 2023

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2023	3
Execução Orçamental da Receita	4
Execução Orçamental da Despesa	7
Equilíbrio Orçamental	11
Alterações Orçamentais	12

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4º TRIMESTRE 2023

Instrumentos previsionais de gestão 2023

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2023, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2022, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2023, no final do 4º trimestre apresentou um ajustamento mediante a realização de diversas alterações orçamentais, tratadas em capítulo próprio mais adiante, traduzida numa redução de 111.207,3 m€ do total do orçamento corrigido face ao 3º trimestre, apresentando uma dotação final de 258.750,8 milhares de euros (m€), composto por 182.467,3 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 191.910,3 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 43.889,6 m€, sendo as despesas de 66.840,5 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 32.393,9 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 30.781,2 m€¹.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2022, um orçamento corrigido de 261.683,4 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 176.634,7 m€ e 174.083,3 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 61.538,2 m€ e despesas de 87.600,1 m€, contemplando as outras receitas um total de 23.510,5 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€.

De referir que a análise deste 4º trimestre de 2023 incidiu apenas sobre a parte orçamental. Uma vez que os procedimentos de final de período ainda não se encontram concluídos, qualquer análise feita, nesta altura, sob a perspetiva patrimonial, teria um carácter provisório, pelo que a mesma será efetuada na altura da prestação de contas anual.

¹ Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

Execução Orçamental da Receita

No ano de 2023, o orçamento do Município apresenta uma dotação total de receita cobrada de 252.700,5 m€, registando como receitas correntes o montante de 188.886,4 m€, e nas receitas de capital 31.420,1 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 30.781,2 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 1.612,7 m€.

Por sua vez, no exercício de 2022, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 230.880,5 m€, registando nas receitas correntes um montante de 176.979,6 m€ e nas de capital 30.351,3 m€, acrescentando outras receitas como o saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 330,3 m€.

Em termos globais, a receita cobrada no ano de 2023 apresenta um crescimento de 9,5 % face ao ano 2022.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no ano de 2023, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no ano de 2022:

C.Econ	Descrição	31/12/2022		31/12/2023		Cobrado 2023/2022	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2022 (a)	2023 (a)	2023 (b)
RECEITAS CORRENTES		176 634,65	176 979,60	182 467,35	188 886,44	11 906,84	100,20%	103,52%	99,98%
01	Impostos diretos	97 879,18	100 477,39	97 691,30	100 787,35	309,96	102,65%	103,17%	100,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	5 655,12	5 779,55	7 524,72	7 755,27	1 975,72	102,20%	103,06%	99,96%
05	Rendimentos da propriedade	6 127,26	6 126,04	8 518,46	8 547,39	2 421,35	99,98%	100,34%	99,98%
06	Transferências correntes	63 277,43	59 769,18	62 956,00	64 616,30	4 847,11	94,46%	102,64%	99,96%
07	Venda de bens e serviços correntes	3 223,44	3 251,55	5 361,64	5 400,70	2 149,15	100,87%	100,73%	99,89%
08	Outras receitas correntes	472,22	1 575,88	415,24	1 779,43	203,55	333,72%	428,53%	99,28%
RECEITAS DE CAPITAL		61 538,22	30 351,29	43 889,63	31 420,10	1 068,81	49,32%	71,59%	60,19%
09	Venda de bens de investimento	277,38	272,18	1 926,34	1 924,31	1 652,13	98,13%	99,89%	99,89%
10	Transferências de capital	28 132,58	10 133,77	25 592,43	21 979,96	11 846,19	36,02%	85,88%	69,37%
11	Ativos financeiros	11 449,01	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	20 216,69	18 475,93	14 323,65	5 468,92	-13 007,01	91,39%	38,18%	32,77%
13	Outras receitas de capital	1 462,55	1 469,41	2 047,02	2 046,92	577,51	100,47%	100,00%	100,00%
OUTRAS RECEITAS		23 510,54	23 549,65	32 393,87	32 393,93	8 844,28	100,17%	100,00%	100,00%
15	Reposições não abatidas nos	291,19	330,30	1 612,68	1 612,74	1 282,43	113,43%	100,00%	100,00%
16	Saldo da gerência anterior	23 219,35	23 219,35	30 781,19	30 781,19	7 561,84	100,00%	100,00%	100,00%
TOTAL		261 683,41	230 880,54	258 750,85	252 700,47	21 819,92	88,23%	97,66%	93,23%

(a) Receita Cobrada Bruta/Previsão

(b) Receita Cobrada Líquida/Previsão

milhares de euros

Da análise efetuada ao quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva no global da receita entre 2023/2022, com um aumento de 21.819,9 m€. O referido acréscimo é transversal a todas as componentes da receita: a receita corrente regista um aumento de 11.906,8 m€, as outras receitas apresentam mais 8.844,3 m€, dos quais, 7.561,8 m€ referentes ao aumento do Saldo

da gerência anterior e a receita de capital regista um ligeiro aumento de 1.068,8 m€ face ao ano anterior.

Relativamente à receita corrente bruta arrecadada, esta ascendeu a cerca de 188.886,4 m€ no final do 4º trimestre de 2023 e a 176.979,6 m€ em idêntico período de 2022, o que corresponde a uma variação 2023/2022 de 6,7%, mais 11.906,8 m€. Este aumento global reflete um acréscimo generalizado de todas as rubricas da receita corrente, com principal destaque para as Transferências Correntes e Rendimentos da Propriedade.

As Transferências Correntes apresentam uma variação entre 2022 e de 2023 na ordem dos 4.847,1 m€ que, após reembolsos e restituições, se cifrou num aumento de 3.209,1 m€. Esta evolução resulta, essencialmente, das verbas recebidas no âmbito da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais: o Município de Gaia recebeu, no ano de 2023 o montante de 25.959,9 m€ (receita líquida) no âmbito da transferência das áreas da educação, ação social e saúde (as competências na área da saúde foram recebidas apenas em outubro de 2023); no mesmo período de 2022, esse valor foi de 17.014,8 m€, referente à área da educação, transferida em abril de 2022 e à área da ação social, cuja competência foi recebida somente em dezembro de 2022.

O aumento das receitas provenientes de Rendimentos da Propriedade no valor de 2.421,4 m€, é explicado sobretudo pelo facto de, em 2023, a renda de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão relativa ao 4º trimestre de 2023, no valor de 1.399,5 m€ ter sido recebida a 29/12/2023, e em 2022, a correspondente receita do 4º trimestre foi recebida a 02/01/2023, relevando de igual modo para os valores de execução da receita do ano 2023. Por outro lado, em 2023, foi cobrada a 1ª prestação do valor relativo à concessão para construção e exploração do complexo aquático de formação em terreno do Município, no valor de 300 m€, bem como rendas do contrato de concessão do teleférico na zona histórica no valor de 300 m€, com reflexos na variação face a 2022. O Município recebeu ainda, dividendos no montante de 61,5 m€, correspondentes à sua participação da empresa Águas de Douro e Paiva, S.A. (no ano passado, esse recebimento foi no valor de 39,2 m€).

A receita bruta referente a Impostos Diretos, com um peso de cerca de 40% do total de receita arrecada, inverteu a tendência de descida verificada até ao 3º trimestre de 2023, e ascendeu a

100.787,4 m€, valor ligeiramente acima do atingido no ano anterior, apesar do recuo ao nível da cobrança de IMT (menos 2.481,4 m€ em termos de receita bruta). Este decréscimo no IMT foi compensado pelas variações positivas registadas nas rubricas da Derrama, do IMI e do IUC: a Derrama apresenta um valor de receita cobrada, até ao final do 4º trimestre de 2023, de 8.927,6 m€, e um crescimento de 19,1%, mais 1.431,4 m€, e as receitas com a cobrança de IMI e IUC registaram mais 736,3 m€ e 623,7 m€, respetivamente, face ao ano de 2022.

Ao nível das receitas de capital, verifica-se um valor de receita cobrada bruta de 31.420,1 m€ e um acréscimo de 3,5%, o que corresponde a mais 1.068,8 m€, em comparação com o valor registado no ano de 2022, reflexo do aumento verificado em todas as rubricas, exceto os passivos financeiros.

A rubrica que assumiu maior expressão foi a de Transferências de Capital, com o valor de 21.979,9 m€ e um crescimento de 11.846,2 m€, com ênfase para as transferências do Estado relativas à participação comunitária em projetos co-financiados. De entre os diferentes projetos, destaca-se o montante de 2.221,9 m€ provenientes do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para aquisição de diversos fogos no âmbito do PRR e o valor de 959 m€ provenientes da Administração Central do Sistema de Saúde a título de adiantamento para a construção da URAP Oliveira do Douro, da USF Canaviais (Grijó) e da USF da Afurada.

Os Passivos Financeiros, com um registo de 5.468,9 m€, diminuíram 13.007,0 m€ face ao ano anterior, resultado de uma diminuição na libertação dos empréstimos em utilização.

Da análise suprarreferida, ressalta que no ano de 2023, a taxa de execução das Receitas Correntes ascendeu a 103,5%, registando um acréscimo de 3 p.p. face ao período de 2022, e as Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 71,6%, registando, um significativo acréscimo 22 p.p., comparativamente com o valor registado no ano transato.

Por fim, importa referir que a taxa de execução da receita bruta total a 31/12/2023 foi de 97,7%, valor acima a 31/12/2022, que se centrou nos 88,2%, verificando-se um acréscimo de 9,5 p.p. no presente ano face ao ano anterior.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total, no final do ano de 2023, foi de 208.346,6 m€, registando um agravamento de 14.812,6 m€ em comparação com o período homólogo de 2022, no qual a despesa total ficou-se pelos 193.534,0 m€. Na base deste comportamento destaca-se o incremento da despesa corrente de 135.518,7 m€ a 31/12/2022 para 157.209,5 m€ a 31/12/2023. As Despesas de Capital tiveram uma diminuição de 6.878,3 m€, dos 58.015,3 m€ registados no final do 4º trimestre de 2022, para os 51.137,1 m€ apurados no mesmo período de 2023.

Esta evolução encontra-se desagregada no quadro seguinte:

C.Econ.	Descrição	31/12/2022		31/12/2023		Despesa Paga 2023/2022	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2022	2023
DESPESAS CORRENTES		174 083,33	135 518,70	191 910,33	157 209,54	21 690,83	77,85%	81,92%
01	Despesas com o pessoal	65 649,59	59 830,50	76 883,80	72 947,44	13 116,95	91,14%	94,88%
02	Aquisição de bens e serviços	64 240,36	39 454,90	70 522,57	45 116,94	5 662,04	61,42%	63,98%
03	Juros e outros encargos	706,66	669,31	2 515,17	2 407,89	1 738,58	94,71%	95,73%
04	Transferências correntes	26 206,56	20 508,10	25 788,80	22 120,44	1 612,34	78,26%	85,78%
05	Subsídios	13 871,86	13 767,10	13 352,97	12 998,92	-768,18	99,24%	97,35%
06	Outras despesas correntes	3 408,30	1 288,80	2 847,02	1 617,91	329,10	37,81%	56,83%
DESPESAS DE CAPITAL		87 600,08	58 015,35	66 840,52	51 137,08	-6 878,27	66,23%	76,51%
07	Aquisição de bens de capital	64 915,13	36 424,85	53 645,25	38 407,63	1 982,78	56,11%	71,60%
08	Transferências de capital	10 238,54	9 288,09	3 092,27	2 802,08	-6 486,01	90,72%	90,62%
09	Ativos financeiros	0,30	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	12 434,91	12 302,41	9 417,90	9 243,27	-3 059,14	98,93%	98,15%
11	Outras despesas de capital	11,20	0,00	684,50	684,10	684,10	0,00%	99,94%
TOTAL		261 683,41	193 534,05	258 750,85	208 346,61	14 812,56	73,96%	80,52%

milhares de euros

As Despesas Correntes, com um total de 157.209,5 m€, tiveram um aumento de 21.690,8 m€ face ao mesmo período de 2022. Este aumento verificou-se, de forma mais expressiva, ao nível das Despesas com o Pessoal e, de forma mais ligeira, ao nível da Aquisição de Bens e Serviços. Por sua vez, a despesa com Subsídios diminuiu em relação ao verificado em igual período de 2022.

As Despesas com Pessoal totalizaram, neste ano de 2023, o valor de 72.947,4 m€, tendo representado 35% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 53.911,9 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 74%. A contribuir para o aumento das Despesas com o Pessoal tivemos, mais uma vez, como fator determinante a receção das competências na área da educação. Os valores de 2022 contemplam 9 meses de encargos nesta área (de abril a dezembro), enquanto em 2023 temos

12 meses de encargos a considerar. De referir ainda, o contributo da descentralização de competência na área da saúde, concretizada em outubro de 2023, para o incremento nas despesas com o pessoal do 4º trimestre de 2023. Além disso, houve também o aumento dos vencimentos e do subsídio de refeição, definido a nível governamental para o ano de 2023.

As aquisições de bens e serviços correntes, registam um aumento de 5.662 m€, passando de 39.454,9 m€ registados no ano de 2022 para 45.116,9 m€ no mesmo período de 2023, alavancado pelo aumento verificado na aquisição de serviços nomeadamente nos “outros serviços” com um acréscimo de 3.560 m€.

Por sua vez, o efeito da subida das taxas Euribor teve reflexos no montante de juros pagos pelo Município: mais 1.738,6 m€ resultantes, sobretudo, do aumento das taxas de juro, tanto ao nível dos empréstimos de médio e longo prazo, como do contrato de locação financeira.

As transferências correntes registaram um incremento de 1.612,3 m€, neste período, passando dos 20.508,1 m€ registados em 2022, para 22.120,4 m€ em 2023. De realçar as transferências correntes para as famílias, que registam um acréscimo de 4.671,4 m€, e que representam 29% do total de transferências correntes, explicado pelo facto deste valor incluir faturas do TIP – Transportes Intermodais Porto ACE do mês de dezembro de 2021 e do ano de 2022 (Andantes), no valor de 2.408,7 m€, cujo pagamento foi efetuado no terceiro trimestre de 2023. As transferências correntes para as freguesias, totalizam a 31 de dezembro de 2023 o montante de 4.048 m€, e registam um acréscimo de 1.292,6 m€, face a igual período do ano de 2022, refletindo o aumento das transferências no âmbito da Delegação de competências ao abrigo do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril.

Ao nível dos Subsídios, a redução de 768,2 m€ resulta de movimentos diversos. Por um lado, tivemos a diminuição dos subsídios a Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais o qual ficou a dever-se essencialmente à execução do Contrato-Programa no valor 3.000 m€ celebrado entre o Município e a Gaiurb, EM dos quais 250m€ só serão pagos em 2024 (em 2022 foram

pagas todas as mensalidades de janeiro a dezembro, no próprio ano). Por outro lado, os subsídios para Outras Sociedades e quase-sociedades não financeiras diminuíram: menos 590,6m€ pagos à STCP, comparativamente com igual período de 2022 (pagamentos efetuados para cobertura de prejuízos e no âmbito do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros). Por outro lado, em 2023, o Município efetuou também a cobertura de prejuízos da empresa Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., no valor de 53,7 m€ e da Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CIPRL, no valor de 18,2m€.

No que respeita à rubrica de Outras Despesas Correntes observa-se um ligeiro aumento (mais 329,1 m€) explicada pela alteração da forma de registo dos reembolsos/restituições de Impostos Diretos. Em 2022, estes valores eram registados como Despesa (na rubrica mencionada), enquanto em 2023 passaram a constituir uma diminuição da Receita.

Na vertente da Despesa de Capital, as rubricas que continuam a demonstrar maior expressividade foram a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 38.407,6 m€ m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 9.243,27 m€. O total das Despesas de Capital foi de 51.137,1 m€, registando um decréscimo de 6.878,3 m€ face ao ano anterior. Esta variação negativa é imputada, basicamente, à diminuição das Transferências de Capital que apresenta menos 6.486,0 m€, parcialmente compensados pelo aumento da despesa com a Aquisição de Bens de Capital (mais 1.982,8 m€). A diminuição das Transferências de Capital foi transversal a todas as suas componentes: Estado, Freguesias e Instituições sem Fins Lucrativos.

Relativamente aos passivos financeiros, o decréscimo de 3.059,1 m€ deve-se à normal regularização das amortizações de empréstimos, com destaque para o término do empréstimo junto da BBVA, destinado à habitação social, e do BCP, respeitante a financiamento de investimentos gerais.

Verifica-se o reforço nas despesas de aquisição de bens de capital, mais 1.982,8 m€, destacando-se os investimentos realizados nas construções diversas, mais 5.006,5 m€, com obras como a reabilitação física da Urbanização de Vila D’Este, a empreitada de reabilitação - intervenção

integrada do Castelo de Gaia e a empreitada Dotação de Ligações Mecânicas no Centro Histórico.

Resta referir que no ano de 2023, a despesas corrente apresenta uma taxa de execução de 81,9%, observando-se um acréscimo de 4 p.p., face a 2022. De igual modo, a taxa de execução da despesa de capital no período em análise apresenta um aumento de 10,3 p.p., passando de 66,2%% em 2022 para 76,5% em 2023.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que até final do ano de 2023 a taxa de execução perpez 80,5%, mais 6,5 p.p., comparativamente com os cerca 74% atingidos em igual período de 2022.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do ano de 2023, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2022	ORÇAMENTO INICIAL	31/12/2023 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	176 979,60	177 548,57	204 956,26
	B - Despesas correntes	135 518,70	165 981,80	191 910,33
	C - Saldo corrente (A-B)	41 460,90	11 566,77	13 045,93
	D - Amortização média dos EMLP	11 698,01	10 782,46	9 457,99
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	29 762,89	784,31	3 587,94
	F - Percentagem $[A/(B+D)]$	120,2%	100,4%	101,8%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 31/12/2023 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

Alterações Orçamentais

Durante o ano de 2023, realizou-se um total de 69 alterações orçamentais, das quais, dezoito foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e dezembro de 2023, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	97 037,70	3 201,32	2 547,72	97 691,30
02 IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	5 485,13	2 234,59	195,00	7 524,72
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 858,84	2 665,97	6,36	8 518,46
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64 355,14	6 392,90	7 792,03	62 956,00
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 540,87	2 850,27	29,50	5 361,64
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2 270,89	25,09	1 880,74	415,24
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	288,99	1 660,71	23,36	1 926,34
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	95 788,63	2 320,03	72 516,23	25 592,43
11 ATIVOS FINANCEIROS	0,20	0,00	0,00	0,20
12 PASSIVOS FINANCEIROS	21 499,76	40 209,89	47 386,00	14 323,65
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 464,25	813,22	230,45	2 047,02
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	279,18	1 333,50	0,00	1 612,68
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	30 781,19	0,00	30 781,19
Totais	296 869,58	94 488,67	132 607,40	258 750,85

(milhares de euros)

As alterações orçamentais à Receita, verificadas nos primeiros 9 meses do ano, foram no sentido do seu reforço face às Previsões Iniciais, com destaque para:

- a integração do Saldo da Gerência Anterior (30.781,2 m€), ocorrida no 1º trimestre;
- no 2º trimestre, há a registar o reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da ação social por via do Despacho nº 4637/2023 e que resultou na inscrição do valor de 587,4 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06) e, no lado das diminuições, a redução de 771,2 m€ em Passivos Financeiros (Cl.Ec.12), decorrente da

reprogramação de encargos com a obra de reformulação da rede viária e pedonal da estrada da Rainha, ruas das Pedrinhas Brancas e Caminho do Senhor, nas freguesias de Arcozelo e Serzedo, e o seu prolongamento até ao ano de 2024, o que implicou a alteração da correspondente receita para esse ano;

- entre julho e setembro de 2023, a maior variação foi registada ao nível dos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12), com a inscrição do novo financiamento bancário destinado a diversos investimentos, no montante de 38.988,2 m€. Houve, ainda nesta rubrica, um total de 5.672,9 m€ de diminuições, decorrentes da não utilização do empréstimo BEI para o financiamento da Reabilitação do Edifício ELOS e da reprogramação de encargos com a construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso.

Neste último trimestre do ano, as alterações orçamentais com maior relevância, consubstanciaram-se na extinção de uma natureza de receita ou despesa prevista no orçamento que não teriam execução orçamental ou a redução de uma previsão de receita ou dotação de despesa, destacando-se, ao nível da Receita, as diminuições nas Transferências de Capital (Cl.Ec.10) e nos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12) e os aumentos nos Rendimentos de Propriedade (Cl.Ec.05) e nas Taxas, Multas e Outras Penalidades (Cl.Ec.04).

A diminuição da Previsão Corrigida de Transferências de Capital (Cl.Ec.10) em 72M€, aproximadamente, resulta da reprogramação de encargos no âmbito do Programa 1º Direito, relativamente ao qual se efetuou a transferência da receita – e correspondente despesa, do ano de 2023, para os dois anos seguintes.

Relativamente aos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12), a redução da Previsão Corrigida em 41,7M€ é devida à reprogramação de diversos projetos financiados por via de empréstimos bancários de médio e longo prazo, cujos encargos previstos – e respetiva receita, passaram para os anos de 2024 e 2025.

Por sua vez, as receitas provenientes de Rendimentos de Propriedade e Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram uma execução superior à Previsão Inicial, o que resultou no aumento da Previsão Corrigida em 2,6M€ e 2M€, respetivamente.

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 DESPESAS COM O PESSOAL	71 208,85	12 572,55	6 897,60	76 883,80
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	63 604,58	23 659,44	16 741,45	70 522,57
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 303,87	1 973,50	762,20	2 515,17
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16 053,52	12 554,88	2 819,60	25 788,80
05 SUBSÍDIOS	12 571,47	1 836,70	1 055,20	13 352,97
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 239,51	1 628,61	21,10	2 847,02
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	118 868,25	64 919,47	130 142,47	53 645,25
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3 198,63	3 030,50	3 136,86	3 092,27
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,60	0,00	0,00	0,60
10 PASSIVOS FINANCEIROS	8 790,00	687,50	59,60	9 417,90
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	30,30	684,00	29,80	684,50
Totais	296 869,58	123 547,16	161 665,88	258 750,85

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, as contas de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e a de Transferências Correntes (Cl.Ec.04), entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, registaram Dotações Corrigidas, no final do 4º trimestre, de 70.522,6 m€ e de 25.788,8 m€, respetivamente. Foram, deste modo, e no que a despesas correntes diz respeito, as que registaram maiores variações em termos absolutos, no período em análise, isto face à Dotação Inicial.

Ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, a maior variação é ao nível da Aquisição de Serviços, com mais 5.656,4 m€ acrescidos à dotação inicial. De entre estes reforços nas rubricas de serviços, o destaque vai para as verbas destinadas a “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria” (mais 1.827,5 m€). Relativamente às Transferências Correntes, o maior reforço, em termos absolutos, tem sido nas transferências destinadas às “Famílias”, que passou de uma dotação inicial de 3.228,2 m€ para uma dotação corrigida no final do 4º trimestre de 7.932,1 m€.

Ainda no âmbito das despesas correntes, de referir o crescimento registado ao nível da rubrica de “Juros e outros encargos”, com um aumento de 93% face à dotação inicial, reflexo da subida das taxas Euribor, usadas como referência nos juros dos contratos de financiamento do Município.

No que concerne a despesas de capital, as rubricas de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) eram as que acumulam, até ao final do 3º trimestre, a maior variação em termos absolutos: mais 44.847,6 m€ face à Dotação Inicial, com uma Dotação Corrigida a 30/09/2023 de 163.715,8 m€. Contudo, neste último trimestre de 2023, fruto da já referida reprogramação de diversos investimentos, esta rubrica terminou o ano com uma dotação corrigida de 53.645,2m€, ou seja, menos 65.223 m€ relativamente à dotação inicial.

Após os ajustamentos descritos, o Município finalizou o ano de 2023, com um orçamento corrigido no valor de 258.750,8 m€.